



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Rio Doce - Núcleo de Apoio Regional de Timóteo**

Notificação IEF/NAR TIMÓTEO nº. 25/2023

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

Assunto: Notificação da decisão referente ao processo de regularização ambiental.
Referência: Requerimento para Intervenção Ambiental PA/Nº 2300.01.0012502/2022-36
Requerente: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG

Prezado,

Servimo-nos do presente para informar o **ARQUIVAMENTO** do processo de regularização de intervenção ambiental em epígrafe.

Segue parte do parecer técnico, para conhecimento:

" Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo ARQUIVAMENTO do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 0,065 ha e corte ou aproveitamento de 8 árvores isoladas nativas vivas em 0,00728 ha, localizada na propriedade Fazenda Córrego São Miguel, pelos motivos expostos neste parecer, não atendendo ao solicitado no ofício de informações complementares. "

Cabe-nos informar que quanto à decisão administrativa exarada, caso queira, poderá interpor recurso, conforme disposto no Decreto Estadual 47.749/2019:

Art. 79. Cabe recurso envolvendo toda a matéria objeto da decisão que:

- I - deferir ou indeferir o pedido de autorização para intervenção ambiental;
- II - determinar a anulação da autorização para intervenção ambiental;
- III - determinar o arquivamento do processo.

Art. 80. O recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data de ciência da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes.

O **arquivamento** do presente processo não impossibilita a abertura de novo processo, desde que não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora indeferido.

Informamos que caso o empreendimento esteja instalado ou em operação e continue sem a regularização ambiental, estará sujeito às penalidades de multas e até mesmo suspensão/embargo das atividades, conforme disposto no Decreto nº 47.383/2018.

Os documentos que subsidiaram esta decisão podem ser consultados através do Sistema de Decisões dos Processos de Intervenção Ambiental, através do seguinte endereço eletrônico: "

<http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/consulta-intervencao/site/listar-decisoes>" .

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Araújo de Souza, Colaboradora**, em 20/11/2023, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77162981** e o código CRC **0428F886**.

Referência: Processo nº 2300.01.0012502/2022-36

SEI nº 77162981